

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
Presidente do Tribunal de Justiça.

Tinha eu menos de dez anos quando pisei pela primeira vez o chão deste palácio. Minha mãe, Cecília Lebeis Dias, levou-me a um grande salão, talvez este mesmo, e vi meu pai Theodomiro Dias, no meio de seus colegas, todos vestidos de capas pretas. Fiquei extasiado. Nunca poderia imaginar que, no futuro, procuraria encontrar meus passos no “salão dos passos perdidos”.

E assim cresci e comigo cresceu a veneração à justiça, transmitida por meu pai. Nunca tive qualquer dúvida de que meu destino seria o Direito e, assim, me formei na velha academia do Largo São Francisco. Apesar de me sentir atraído pela magistratura, apaixonadamente tornei-me advogado, advogado criminal, contrariando meu pai que tentou me convencer a mudar de rumo e trabalhar no cível, dizendo que o crime não compensa. Apesar disso sempre que podia ele ia assistir aos meus juris, a torcer por mim.

Hoje quando aqui me encontro para uma sustentação oral bem diferente daquelas que tantas vezes dirigi aos senhores desembargadores, estou a lembrar-me de tantos nomes ilustres que frequentavam minha casa ou que eram mencionados como homens de grandeza moral e de cultura. Com medo de esquecer-me de alguns, quero reverenciar entre os mais queridos de meu pai: Vicente Penteado, Marcelino Gonzaga, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, Manoel Gomes de Oliveira, Macedo Vieira, Paulo Colombo Pereira de Queiroz, Alcides Ferrari, Paulo Costa, Manoel Carneiro, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Francisco Meireles dos Santos, Armando Fairbanks.

Vem-me à lembrança episódio que bem ilustra o respeito que nutro pelo Poder Judiciário. Quando a ditadura cassou o Desembargador Edgard de Moura Bittencourt, ouvi de meu pai, que então já estava aposentado, que tinha sido atingida uma das maiores inteligências deste Tribunal. Quando assumi a Secretaria da Justiça no governo Montoro, em 1983, meu primeiro ato foi comparecer a esta Corte. E à noite fui à casa do Dr. Edgard para um ato de desagravo, um pedido de perdão do Poder Executivo ao Poder Judiciário, que fora vítima de violência perpetrada contra um de seus mais ilustres membros.

Durante toda minha trajetória de vida profissional, convivi com pessoas admiráveis que honraram este Tribunal, valendo lembrar Lauro Malheiros, cujo filho, Antonio Carlos Malheiros, herdeiro de suas virtudes me desvaneceu com suas palavras e pela iniciativa de propor a homenagem que hoje se consuma. Cito alguns nomes que me ocorrem pensando que assim homenageio o Poder Judiciário de São Paulo, todos muito queridos: Ranulfo de Melo Freire, figura admirável como juiz humanista, Alberto Silva Franco, grande hermeneuta, Rubens Ferraz de Oliveira Lima com quem fraternalmente dei meus primeiros passos na advocacia, José Reinaldo Peixoto de Souza, amigo e avô de meus netos. Recordo os nomes de João Baptista de Arruda Sampaio, Joaquim de Syllos Cintra, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Luís Francisco da Silva Carvalho, Acácio Rebouças, Manoel Thomaz Carvalhal, Adriano Marrey. E cá estou senhores Desembargadores, a reincindir no pecado do esquecimento, pedindo-lhes que sejam indulgentes com minha senectude. Já mencionei muitos juízes credores de meus elogios, que já passaram por este Tribunal. No entanto faltou lembrar aquele que passou a integrar esta Corte pelo quinto da Poesia: Paulo Bonfim, por todos amado e reverenciado. Confidencio-lhes que em nossas veias corre o mesmo sangue que sinto dar-me força para continuar a cultuar poesia e pedir-lhe a benção.

Nestes meus 54 anos de advocacia, posso assegurar-lhes que este momento me é muito especial. Jamais aspirei tamanha honraria, motivada pela elegante generosidade dos Senhores Desembargadores, e ao receber este colar das mãos do Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti que hoje tão bem preside este Tribunal, afirmo-lhes com emoção, que o recebo sentindo que toca não só meu coração mas o de meu pai, cujo neto Carlos Dias Motta já participa das decisões desta Corte, como Juiz Substituto em segundo grau.

Asseguro-lhes que trago no embornal vitórias e derrotas por mim assimiladas. O que em verdade me machuca é o grande sofrimento por não ter podido resgatar com vida muitos de meus clientes perseguidos políticos. Mais de quinhentas criaturas foram por mim assistidas na Justiça Militar e assim posso testemunhar as violências perpetradas nas masmorras da ditadura. Ainda recentemente, tendo integrado a Comissão Nacional da Verdade, participei de depoimentos e diligências que concluíram pelos desatinos que foram praticados.

E hoje, Senhor Presidente, sinto que é meu dever dizer algumas palavras sobre nosso país, golpeado, esquartejado pela corrupção e pelos desmandos cometidos por agentes públicos dos três poderes. O que se espera hoje do Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal? Como conciliar rigor absoluto no combate à corrupção, com absoluta intransigência no respeito ao devido processo legal e às garantias penais esculpidas na nossa Constituição e nas nossas consciências? Como exercermos a cidadania sem os cacoetes do corporativismo, desencarnados de juizite, promotorite e advocatite?

Reunidos neste plenário, não podemos tolerar que nosso silêncio seja um silêncio obsequioso, porque se está homenageando um simples operador de direito. Devemos, isto sim, nos insurgir contra um silêncio ignominioso, perverso, conivente com todos os desmandos que assolam nossa pátria. O sorriso que tenho nos lábios que escancara minha alma impregnada de vaidade insuflada pelo gesto generoso desta homenagem, não deve substituir a indignação com o que se passa à nossa volta. Isto positivamente não podemos aceitar. Não estamos aqui somente para esta homenagem, mas também e, principalmente, para que transformemos o clima festivo num cerimonial de compromisso em prol do estado democrático de direito que num templo da justiça precisa ser reverenciado.

Senhores Desembargadores, remexendo meus arquivos, quis o destino que encontrasse, entre os papéis amarelados pela idade, mensagem dirigida por meu pai a este Tribunal, datada de 12 de fevereiro de 1935, quando assumiu suas funções de desembargador provindo da advocacia, em razão de dispositivo inserido na Constituição de 34 que reservava aos tribunais a participação de advogados e promotores na proporção de um quinto. E neste sodalício porfiou por vinte e dois anos, vindo a tornar-se seu presidente, no biênio 1948/1949, aliás o único presidente originário da advocacia.

E entre muitas coisas, disse meu pai: “No longo ministério em que se me gastou a mocidade, diz-me a consciência que jamais pratiquei voluntariamente uma injustiça e que, com a pouquidade das minhas forças, sempre me bati pelo justo, com destemor, algumas vezes com vivacidade e vibração, mas nunca com maldade ou cólera.” E logo adiante afirmou: “ser juiz é, sem dúvida, exercer parcela do poder divino. Tenho de mim para

comigo que antes de julgar, deve o julgador fazer longo e severo exame de consciência e rezar um ato de contrição por todas as suas fragilidades.”

Meu pai foi, assim, meu mestre de viver, amante das artes, um cultor das letras, um justo em quem me balizo para tentar merecer a honra e alegria de ser seu filho.

Ainda sob o impacto dos anos de chumbo e ansioso por bem cumprir meu desafio de advogado vi-me, certa feita, a assumir, em versos, o compromisso que procuro renovar diuturnamente:

“Guardo guardados nos guardados meus
Segredos, lembranças e ilusões,
Angústias e impasses,
Alegrias oprimidas enquanto risos
Incineradas em paz definitiva.
Coisas caladas em mim, hoje só minhas,
Coisas tão fortes
Amargadas em dores e em mortes.
E o sem saber o que as manhãs me esperam
Povoam meu sonhar
Enquanto renovo a mim o compromisso
De guardar bem guardados os meus guardados.
São dores que assimilei no meu viver,
Covardes que respeitei, julgando heróis
E que continuei a amar, mesmo covardes,
Seres que suportaram, seres que nada disseram,
Seres que tombaram,
Seres esfrangalhados, seres mortos,
Seres sem inventário e sem presente
No não sei onde no não sei porquê.
Tudo arquivado em mim,
Bem vivo no meu vivo,
Com os mortos que habitam meu viver.
Mudou o meu olhar, mudou meu paladar,
Mudou o meu falar, o meu cismar,
O meu riso contraído no esgar
Que a culpa da alegria faz calcar.
Quanta vez atormenta-me a saudade
De alguém que nunca vi
Mas cuja voz entoa em meus ouvidos

Num grito, numa canção de crença e pressa.
Faço-me por ser quando o medo abala
E o medo subtraio
Para suportar o que os meus olhos viram
E acreditar nas tardes das manhãs.
Faço-me por ser no compromisso amado
De morrer com meu eu imaculado.
Jogo-me inteiro por amar,
Lavro meu destino voltado a libertar.
Se da liberdade deixar de ser apóstolo,
Se meus segredos estiver por devassar,
Que a morte me surpreenda ainda vacilando,
Antes que a vida me imponham a suportar.

José Carlos Dias